

Editorial

A primeira medida

Uma operária com 54 anos, acabada de ser despedida, dizia à televisão em Fevereiro: "A empresa fecha, mas não fecha por minha culpa, que eu sempre dei mais do que podia". É um resumo exacto da situação em todo o país: depois de ter sido sugada até ao tutano, a massa operária é atirada para o lado à medida que o capital se retira esperando a ocasião para novas aventuras lucrativas.

Em cima dos 70 mil novos desempregados contabilizados em Janeiro, mais 4 mil trabalhadores estão ameaçados de despedimento colectivo. A gravidade da situação actual, e dos próximos anos, não tem paralelo em muitas décadas. A insistência com que o poder e os patrões falam do "pior que está para vir" não é exagero — é uma preparação dos espíritos. Consequentemente, as medidas que a burguesia portuguesa procurará pôr em prática serão também extraordinárias, tal como por todo o mundo. Mas aqui, as fraquezas do capitalismo nacional tornarão tudo mais brutal. Pensar o contrário só ajudará a desarmar a resistência dos trabalhadores.

Não tem, pois, sentido tentar convencer o capital a não despedir nas empresas que dão lucro, sugerindo que todas as outras o poderão fazer à vontade. Não basta também responder com o alargamento do subsídio de desemprego, porque isso significa agir depois de o mal estar feito, e aceitar que passe para o Estado o encargo patronal de pagar salários.

As vítimas desta sangria do emprego, em primeiro lugar o operariado, têm direito a resistir por todos os meios. Está em causa a sua sobrevivência. Não é a saúde do capital que as tem de preocupar mas a sua própria sobrevivência. São estes os termos da luta de classes em curso. A resposta só pode ser colectiva, aplicar-se a todo os sectores laborais e enfrentar o problema na sua fonte. A primeira medida de resposta à situação é exigir a suspensão dos despedimentos.

MUDAR DEVIDA

jornal popular / apoio: 0,50€

Março 2009 / número 14

À procura de emprego, só em Janeiro

Mais 70334

A resposta é exigir a suspensão dos despedimentos

Todos os dias, dezenas de trabalhadores estão a ser postos na rua. O desemprego (números oficiais) aproxima-se dos 600 mil, mais de 10% da população activa. São as próprias condições de sobrevivência dos trabalhadores, das suas famílias e de todos os que dependem dos seus rendimentos que estão em risco.

Para dar resposta a esta situação de catástrofe é preciso exigir a suspensão dos despedimentos, a criação de mais postos de trabalho (reduzindo o horário de trabalho sem diminuir os salários), o aumento do poder de compra, o apoio dos dinheiros públicos à produção e ao emprego.



**Miséria
Em vez de
justiça social,
cresce a
caridade**

página 3

**BPN/CGD/Freeport
Corrupção e
capitalismo
de mãos
dadas**

páginas 5, 6

**EDP/REN
Lucros
máximos,
salários
mínimos**

página 7

Cultura dominante: aceitá-la ou combatê-la?

Sobre o artigo Como se fabrica 'opinião pública' (ver página 4 desta edição e o nosso site) um leitor faz o seguinte comentário:

Mas não fazem o mesmo os auto-denominados 'jornais de referência' (Público, Expresso, DN ou JN)?

Naturalmente, qualquer jornal, e essa é a questão verdadeiramente relevante, produz e reproduz o consenso, a 'cultura comum' numa determinada comunidade num tempo determinado.

Mesmo à esquerda, é mais comum identificar elementos dessa cultura (a que chamamos dominante) que comportamentos revolucionários.

Os operários, na sua maioria e por mais que isso custe à esquerda, aspiram apenas à propriedade e ao poder.

Os jornalistas, sobretudo os mais jovens, de um modo geral muito pouco eruditos e bastante incapazes de pensar para além do trivial, ainda por cima cheios do seu estatuto, limitam-se a reproduzir os discursos dos políticos, como agora se diz, do arco do poder: até os bloquistas mais próximos dos gabinetes de S. Bento e Bruxelas falam de Hugo Chávez com uma ênfase semelhante à dos jornais – populista, ditador e patati, patata. Há menos a intenção de intoxicar (uma conspiração comandada por um centro de poder) que um conjunto de outros fenómenos idos da tendência para o consenso à ignorância e, também, a acção intencional de alguns agentes, claro está, mas

esta é menos significativa e medra apenas porque encontra um terreno propício.

António Poeiros

Tem razão quando diz que os jornais ditos "de referência" fazem o mesmo; mas isso não anula o problema, só o agrava. A nossa crítica ao *Meia Hora* é mais uma das que temos feito e visa um tipo de imprensa que, sendo gratuita, tem grande divulgação.

A maioria da esquerda e dos operários comporta-se de acordo com a "cultura dominante"? É verdade, mas isso mostra a necessidade de combater essa cultura em todos os seus aspectos, nomeadamente os que são veiculados como se fossem "informação" supostamente factual.

Atribuir as deturpações de que falamos à juventude e falta de conhecimentos dos jornalistas é colocar uma capa sobre o assunto. Por que razão é que a juventude ou a inexperiência lhes dá para serem submissos e deturpadores e não para serem rebeldes e procurarem ser exactos?

Não estamos tão seguros como o leitor de que não haja centros de poder com intenções deliberadas de intoxicar o público. Mas, mesmo admitindo que não há, o facto é que existe uma grande convergência nas opiniões divulgadas e na deturpação dos factos, o que produz o mesmo efeito. É isso de resto que torna tais posições dominantes, esmagando as vozes que tentam falar em sentido contrário.

A redacção



A Qimonda e as razões da crise

Esta empresa [a Qimonda] tecnologicamente avançada tem o potencial para se manter no país e fazer face à concorrência. O problema global que todos estamos a enfrentar só pode ser resolvido com o regresso da confiança dos consumidores, só assim podemos comprar novos aparelhos, tv, rádios, carros, etc. O povo é o verdadeiro motor da economia e sem ele não há plano de ajuda que resolva a crise financeira que estamos a enfrentar e vamos continuar a sofrer até que fiquemos como uma Ucrânia, cheios de srs. drs. desempregados e miséria humana.

Fernando Pinto

Os factos mostram que o capital não está interessado em manter a Qimonda, mesmo sendo uma empresa de elevada tecnologia. Por uma razão simples: não rende o que o capital quer que renda face aos competidores do mercado internacional. E o capital trata por igual máquinas, instalações e força de trabalho. Por isso despede tão friamente como desmantela uma fábrica ou uma máquina.

Do nosso ponto de vista, a

"confiança dos consumidores" não explica nada sobre a crise actual. Por que razão os consumidores até certa altura tinham "confiança" e de repente deixaram de a ter? A crise não se desencadeou por falta de confiança, mas por falta de poder de compra dos assalariados, a nível mundial. Não foi por perderem a confiança que as pessoas deixaram de pagar as prestações dos empréstimos (das casas, por exemplo). Foi por deixarem de ter dinheiro para as pagar em face da subida dos juros. Grande parte do "dinamismo" dos negócios assentava no sistema de crédito ao consumo. Uma vez falido esse sistema (depois de sugar tudo o que podia aos consumidores), viu-se quão grande é a diferença entre o que o capital consegue produzir e aquilo que os salários podem comprar. O que dá uma imagem do grau de exploração a que os assalariados estão sujeitos.

Quanto a senhores doutores desempregados e miséria humana, não precisa de ir buscar a Ucrânia – basta olhar por aqui à nossa volta.

A redacção

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart
Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, Francisco Raposo, Manuel Monteiro, Rita Moura, Urbano de Campos
Site David Raposo
Contactos
 Rua João Ortigão Ramos, 19 - 4.ª A, 1500-362 Lisboa
 jornalmudardevida@gmail.com
 www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números (um ano)
 Donativo mínimo, €15
 Apoio, o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (> Assinaturas): indique nome, morada, código postal e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionar "Outras Operações" e "Transferências"), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Para sabermos de quem vem o contributo envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

APOIOS

Vendas Porto.....€ 20,00
 Vendas Lisboa.....€ 30,00
 Donativos.....€ 36,95
 Total.....€ 86,95

Em vez de justiça social, cresce a caridade

Diz-se que o capitalismo está em crise, mas os capitalistas não estão. As fabulosas fortunas continuam, no essencial, intactas. A crise do capitalismo abate-se, sobretudo, sobre os trabalhadores. O desemprego cresce em ondas avassaladoras. E isto só agora começou. As grandes multinacionais anunciam milhares e milhares de despedimentos para, escudados na crise, se reestruturarem e retomarem os seus lucros colossais. No curso da crise surgem novas fortunas, sobretudo fortunas feitas com base na especulação e na miséria de milhões de seres que perdem trabalho e casa.

E assiste-se a tudo: empresas que tiveram lucros, empresas que anunciam prejuízos, empresas que recebem milhões de apoios dos governos (os bancos, por exemplo); todas recorrem à mesma medida: despedir em barda! E a procissão ainda vai no adro... Da parte dos trabalhadores assiste-se a uma posição de raiva impotente, mas o descontentamento é geral. Esse descontentamento não

se tem traduzido em lutas mais radicais, a não ser na Grécia e na Islândia.

A chamada Segurança Social nos diversos países, sobretudo o subsídio de desemprego, tem atenuado os efeitos nefastos que o desemprego tem na vida dos trabalhadores e suas famílias. Mas vai chegar uma altura em que esta medida – porque caducou no tempo ou porque não cobre as necessidades mínimas das pessoas – não vai ser suficiente para atenuar a revolta dos assalariados pobres. Então a revolta será inevitável. A burguesia também sabe isto. E está a preparar-se para actuar como sempre o tem feito: com o cacete e com a cenoura. Com o cacete, armando as polícias e os exércitos (públicos e privados) até aos dentes, prontos a entrar em acção mal a insatisfação social se manifeste nas ruas de uma forma mais vigorosa; pela cenoura, continuando a política dos subsídios possíveis, mas, sobretudo, incentivando a chamada sociedade civil (nomeadamente as igrejas ou organizações por elas enquadradas) para praticar a caridade.



Assiste-se a um incremento da actividade caritativa das chamadas instituições de solidariedade social, das igrejas e do Banco Alimentar Contra a Fome. No mesmo sentido vai a realização do congresso sobre o voluntariado que tem lugar em data próxima. Por mais boa vontade que haja em muitas pessoas bem intencionadas que militam nestas organizações, temos que ser claros: esta é uma jogada miserável das cúpulas das igrejas e do poder burguês para atenuar

a revolta popular. Visa incrementar o espírito de submissão das pessoas, valendo-se da sua miséria e angústia para tentar perpetuar uma situação degradante, fruto do sistema capitalista.

Os trabalhadores sabem que só o trabalho digno, condignamente remunerado, os pode satisfazer. E é essa a exigência que tem que ser feita: Não ao desemprego – trabalho para todos com salários condignos.

Manuel Monteiro

O brinde: CGD nem tentou salvar aparências

Recentemente, e sob a capa da crise, o governo e a CGD presentearam o especulador Manuel Fino com mais de 60 milhões de euros. Para muitos, tal constituiu escândalo, mas acho que não têm razão. Tratou-se, antes, de um acto normal (só que este foi mais às escâncaras) de um governo cujo papel é a defesa e a gestão dos interesses do sistema capitalista. E, aqui, quem mais ordena é mesmo o grande capital.

Por muito que José Sócrates se esfalfe a dizer o contrário, as medidas que o seu governo tomou traduziram-se efectivamente num forte apoio ao grande capital financeiro. Só mais tarde surgiram os apoios (bastante mais fracos) às pequenas e médias empresas. Assim, em primeiro lugar, foi dada uma garantia de 20 mil milhões de euros à banca para poder contrair empréstimos. Iguamente, o governo resolveu nacionalizar o BPN,

onde já envolveu cerca de 1800 milhões de euros. Além disso, deu uma garantia de mais de 400 milhões de euros à operação de financiamento do BPP.

Para apoio àqueles que são obrigados a vender diariamente a sua força de trabalho ficou reservada apenas uma mísera parcela do total envolvido nestes negócios, apesar da grave situação económica e social por eles vivida. Não há nem houve da parte do governo a preocupação de salvar as aparências, de mascarar as suas opções de classe, no combate à crise. Enquanto esbanja milhares de milhões com os detentores do grande capital, não é capaz de, ao menos, aumentar extraordinariamente os salários e as pensões mínimas dos trabalhadores. Com o desemprego a crescer todos os dias (só em Janeiro inscreveram-se mais de 70 mil trabalhadores nos centros de emprego) e com cerca de 50% dos quase 600 mil trabalhadores

efectivamente desempregados a não terem direito a subsídio de desemprego, a situação ainda mais se agrava.

E o que está já hoje a acontecer é uma amostra do que aí vem. Aquilo que espera os trabalhadores e os de baixo, após mais uma crise de sobreprodução, assim como da reestruturação do capitalismo que resultará desta crise, é um novo agravamento da exploração e da repressão, quaisquer que sejam os governos da burguesia que ao actual se irão seguir.

Nesta situação, é indispensável a unidade de classe e a resistência operária face ao capital. Porque, ao mesmo tempo que se defendem os interesses imediatos dos trabalhadores, barra-se o caminho a esta espiral trágica da humanidade. Espiral que só poderá ter um fim quando as classes trabalhadoras se dotarem da capacidade e determinação revolucionárias de acabar com o modo de produção e exploração capitalista, que actualmente comanda o mundo!

Pedro Goulart

Como Manuel Fino foi “ajudado”

O empresário Manuel Fino pediu à CGD muito dinheiro para compra de acções. Como a especulação desta vez correu para o torto, o empresário deu à CGD 10% das suas acções da Cimpor, à conta da dívida. Só que as acções valiam no momento 244 milhões de euros e a CGD adquiriu-as por 305 milhões, dando a M. Fino uma prenda de mais de 60 milhões. Mais: a CGD não pode vender as acções durante 3 anos, mas o empresário pode recomprá-las. Se o valor continuar abaixo do preço de compra, perde a Caixa; se o valor tender a subir, M. Fino pode comprá-las e ganha de novo. Na “resolução da crise”, aqui, como em outros exemplos, é clara a opção do governo PS pelo grande capital. **PG**

Como se fabrica “opinião pública”

Mentiras e meias verdades, sempre de graça

O diário de distribuição gratuita *Meia Hora* deu destaque de primeira página, na sua edição de 2 de Fevereiro, aos 30 anos da revolução no Irão dizendo que o país vive “arredado do convívio (?) das nações” por apoiar “grupos radicais islâmicos” e por andar a enriquecer urânio “à revelia da ONU”. Dias depois, a 17 de Fevereiro, comentava o resultado do referendo na Venezuela dizendo que Hugo Chávez “agora pode ficar no poder até se fartar”. Para o jornalismo praticado pelo *Meia Hora* os factos não contam.

“Eixo do Mal”

No que toca ao Irão, não se percebe que “convívio” e que “nações” tem em mente o *Meia Hora*, mas é um facto objectivo que o Irão é membro de pleno direito da ONU – organismo internacional que, mal ou bem, é o fórum onde as nações do mundo “convivem”. A afirmação do *MH* é portanto desprovida de qualquer valor para caracterizar o posicionamento internacional do Irão. Tem apenas o efeito de dar a conhecer o padrão mental do *MH* que, pelos vistos, é o dos EUA do senhor Bush e o dos sionistas israelitas.

Sendo assim, percebe-se que o “apoio dado a grupos radicais islâmicos” pelo Irão incomode o *MH* – foram esses “grupos radicais” que deram o corpo ao manifesto para enfrentar as agressões de Israel ao Líbano em 2006 e recentemente em Gaza. Claro que, por isso, o Irão merece, na óptica retorcida do *MH*, o anátema de “eixo do mal” – mas não os EUA e Israel que têm às costas, só nos últimos oito anos, bem mais de um milhão de mortos civis em quatro teatros de guerra (Afeganistão, Iraque, Líbano e Palestina).

Países “perigosos”

Classificando o Irão como “um país perigoso”, o *MH* serve-se de um relatório do *International Institute for Strategic Studies* (do Reino Unido) para sugerir que o Irão poderia fabricar uma bomba nuclear “até ao fim do ano”. Tudo, claro, “à revelia da ONU”. Ora, o relatório não afirma o que o



MH lhe atribui, e os factos acerca da questão são completamente outros. O Irão produz urânio enriquecido com conhecimento da organização da ONU capacitada para o fazer, a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). Mais, o Irão subscreveu o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares e por isso é fiscalizado pela AIEA – coisa que Israel não fez, tendo-se tornado uma potência nuclear clandestina, sem qualquer controlo, e por isso mesmo “um país perigoso”.

Como que desmentindo tudo o que dissera antes, o *MH* de 20 de Fevereiro dá conta (mas numa nota muito pequena...) de uma informação dada na véspera pela AIEA, segundo a qual “o Irão continua a realizar operações de enriquecimento de urânio” não tendo a AIEA “registado qualquer progresso substancial” no que respeita ao inquérito sobre o “alegado programa nuclear militar de Teerão”.

Chávez é mau

Com o caso de Hugo Chávez, de novo as impressões contam mais que os factos, na mesma linha de jornalismo “insinuante” que o *MH* pratica.

O facto é este: foi aprovada em 16 de Fevereiro, por referendo, uma emenda à constituição venezuelana que permite a recandidatura, sem limites, de todos os eleitos para cargos políticos. A notícia do *MH* diz que a Venezuela “coroou Chávez” e que ele agora “pode chegar à eternidade” como presidente. Houve fraude no referendo? Não.

Chávez, ou qualquer candidato venezuelano, têm a partir de agora a reeleição garantida? Também não. O comentário desviado do *MH* mostra apenas um propósito: atribuir, de forma inteiramente gratuita, projectos ditatoriais a Hugo Chávez passando por cima do facto de a emenda constitucional ter sido sujeita a sufrágio e ter vencido com o apoio dos votos populares por ampla margem. É isto que dói a todos os “Meias Horas”.

Uribe é bom

O facciosismo do *MH* torna-se ainda mais patente lembrando este outro facto: em Junho de 2004, na Colômbia, foi tomada a mesma decisão com o propósito de renovar o mandato do presidente Álvaro Uribe, o traficante de armas e de droga que os EUA apoiam e financiam. A emenda constitucional foi, neste caso, aprovada no parlamento (e não em referendo) apenas por uma diferença de dois votos. Soube-se entretanto, em Abril de 2008, através de uma deputada que deu com a língua nos dentes, que Uribe comprara votos dos deputados – e, diante disto, o Supremo Tribunal de Justiça da Colômbia instituiu um Tribunal Constitucional para impugnar a ilegalidade.

Neste caso sim, o propósito não foi outro senão eternizar o regime corrupto e torcionário que domina a Colômbia contra os interesses da sua população. Mas não parece que o *Meia Hora* se atreva a dizer que Uribe tenha sido “coroadado” ou “eternizado” no poder.

Manuel Raposo

FrutiNatura encerra de surpresa

A fábrica da FrutiNatura, em Vila do Rei, Castelo Branco, faz parte do grupo espanhol Rocafort. Tem produzido fruta descascada e higienizada para a TAP e para diversas multinacionais. No dia 2 de Fevereiro, os cerca de 30 trabalhadores chegaram à empresa e encontraram as portas fechadas a cadeado. Apesar de saberem da situação difícil da empresa, os trabalhadores foram apanhados de surpresa. E, face à insólita situação, decidiram permanecer à porta da unidade fabril, à espera de explicações da administração.

Edscha: 180 empregos em risco

A unidade fabril da Edscha, em Vendas Novas, com 180 trabalhadores, corre o risco de encerrar. A multinacional alemã Edscha, fabricante de componentes para a indústria automóvel, apresentou um pedido de insolvência para as 15 unidades de produção que laboram na Europa, incluindo Portugal. O Parque industrial de Vendas Novas é dominado pelo sectores automóvel e corticeiro, dois sectores em dificuldades, o que faz prever o surgimento de graves questões sociais na região.

Corticeira Amorim despede 200 operários

Duas empresas da Corticeira Amorim, em Santa Maria da Feira, que fabricam rolas e aglomerados compósitos, vão iniciar um processo de despedimento colectivo envolvendo quase 200 trabalhadores. O Grupo Amorim, que é líder mundial do sector corticeiro, justifica os despedimentos com a crise económico-financeira mundial e a queda nas exportações, mas os trabalhadores acham que a empresa está a aproveitar-se da situação para reduzir mão-de-obra e aumentar os lucros. Os trabalhadores marcaram uma vigília para o dia 7 de Fevereiro, em defesa dos seus postos de trabalho.

Jotex em risco de encerrar

A Jotex, fábrica de malhas, em Espinho, corre o risco de encerrar, colocando 60 trabalhadores no desemprego. O receio dos trabalhadores radica no facto de a administração ter decidido suspender o trabalho até 16 de Março e de ter retirado 21 máquinas da fábrica, com o argumento de que iria dar curso a uma reestruturação da empresa. O Sindicato dos Têxteis de Aveiro estranha a "reestruturação" e diz manter-se vigilante. A pressão dos operários à porta da fábrica obrigou os patrões a reporem as máquinas, mas, como dizia à rádio uma trabalhadora: "Eles, assim como as tiraram uma vez, podem tentar fazê-lo segunda vez".

Fehst em lay-off

O lay-off está na moda. Triste moda. Muitas empresas servem-se do pretexto da crise para aplicar o lay-off. A fábrica de componentes e material eléctrica Fehst, em Braga, há mais de um mês (a partir de 6 de Janeiro) que impôs este processo a 169 trabalhadores, a aplicar durante três meses. Já então a CT da empresa dava o seu parecer negativo, considerando tal processo inadequado. Desde essa altura que os trabalhadores da empresa são obrigados a parar às segundas e terças-feiras, perdendo mensalmente 30 a 40% do seu salário.

Carfer encerra, mais 150 no desemprego

A administração da fábrica de malhas Carfer, em Esposende, anunciou no dia 6 de Fevereiro, pouco antes da saída dos trabalhadores, que no dia 9 entregava no tribunal o processo de insolvência da empresa e que esta ficava desde logo encerrada. Não tendo sido formalmente despedidos, os trabalhadores reuniram seguidamente em plenário e decidiram concentrar-se no dia 9 à porta da fábrica. São mais 150 trabalhadores no desemprego, na maioria mulheres. Entre eles estão vários casais e alguns trabalhadores que laboravam na empresa desde a sua inauguração, há 40 anos.

Professores: desemprego e luta

Sindicato da Região Centro afirma que o desemprego entre os professores é 5 vezes maior do que diz o Governo

O governo de José Sócrates é useiro e vezeiro na arte de mentir. No que respeita a estatísticas (número de desempregados, número de grevistas, etc.), tanto o governo como os seus comissários políticos têm demonstrado alguma elaboração na tortura dos números, falseando a realidade. Através dos dados do IIEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), o governo garante que há 5 mil professores desempregados. Contudo, segundo o Sindicato dos Professores da Região Centro, isto não passa de uma manipulação, pois "há 25 mil professores impedidos de se inscreverem nos centros de emprego, não auferindo

qualquer subsídio (20 mil licenciados e 5 mil sem uma única colocação nos últimos anos)". De sublinhar que existem ainda 15 mil docentes nas áreas extra-curriculares "com remunerações por vezes inferiores ao salário mínimo nacional e obrigados a inscrever-se como trabalhadores independentes". Apesar da determinação de luta de muitos milhares de professores, actualmente o movimento passa por alguma indefinição. As chantagens de um governo arrogante e autoritário, assim como várias das suas "concessões", produziram algum medo e recuo entre professores e em certas

estruturas sindicais.

Contudo, das várias reuniões de professores recentemente realizadas, assim como das outras que vão ser levadas a cabo, é possível prever um recrudescer dos protestos, com greves e manifestações, no terceiro período deste ano lectivo. Porque continuam a existir razões de sobra para a continuação da luta, tanto no que diz respeito ao modelo de avaliação dos professores (que, entretanto, dadas as inconstitucionalidades, está a ser juridicamente contestado), como ao estatuto da carreira docente e à escola-empresa, que as classes dominantes procuram impor.

Pedro Goulart

Corrupção e capitalismo de mãos dadas

Ao contrário do que alguns possam pensar, a corrupção não é um fenómeno desligado do sistema capitalista. Tal como a crise, a corrupção é inerente ao próprio sistema. E, também ela, contribui para a sua reprodução. Só que, em alturas de agudização da crise política e/ou económica, há acontecimentos que vêm mais à superfície, que assumem mais relevo do que habitualmente teriam. Se analisarmos alguns dos grandes negócios de certas empresas com os diversos governos da burguesia, particularmente no domínio das Obras Públicas, é fácil inferir que ali é elevada a probabilidade de ter havido corrupção. Pois são chorudos os negócios que estão em causa. E não é gratuitamente que muitas empresas privadas colocam em cargos directivos ex-governantes ou figuras destacadas dos partidos que se alternam no poder. Também nas autarquias, de Oeiras a Felgueiras, de Gondomar a Marco de Canavezes, de Coimbra à Guarda, são numerosos os casos à vista.

Neste número do MV, noutra artigo, referimos o caso Freeport. Nele são atingidas figuras conhecidas do PS e são fortes os indícios de corrupção. E, apesar disso, ou talvez por isso, o processo tenha estado vários anos parado. Tanto este caso, como o do BPN, que



envolve figuras gradas do PSD, são paradigmáticos do actual estado de saúde da sociedade portuguesa, do seu apodrecimento.

Facto notável a assinalar é que mesmo quando é possível provar a existência de actos de corrupção, ou da tentativa deles, as consequências punitivas são significativamente ridículas. O PS foi o grande responsável pela introdução legislativa que permite a distinção entre corrupção para fins lícitos e para fins ilícitos, ocasionando estas situações ridículas. Embora se trate de coisas efectivamente diferentes, o problema é o que a legislação permite. Talvez ao partido de Sócrates lhe convenha situações destas, quando estiverem em jogo militantes seus ou amigos. Não terá sido por acaso

que meteram na gaveta as propostas anti-corrupção de João Cravinho.

No recente julgamento de Domingos Névoa, o tribunal provou que o empresário tentara corromper o vereador Sá Fernandes, oferecendo-lhe 200 mil euros, para facilitar uma permuta de terrenos. Contudo, o empresário (porque teria tentado "corromper para fins lícitos") foi condenado apenas a uma multa de 5 mil euros. Domingos Névoa (useiro e vezeiro nestas andanças da corrupção) teve razões para sorrir. E é caso para dizer que esta sentença (claramente de classe) mostra bem aos empresários como vale a pena corromper ou, pelo menos, tentá-lo. Os riscos são pequenos.

Pedro Goulart

BPN, Freeport: que justiça esperar?

Os estados capitalistas ditos democráticos dotam-se de aparelhos judiciais que aplicam as leis que as classes dominantes fazem aprovar nos seus parlamentos. Estas leis visam manter a ordem jurídica da burguesia e os seus interesses de classe. Os polícias e os magistrados são funcionários destes estados e, como tal, devem aplicar as leis a toda a gente. Só que a igualdade na aplicação das leis é meramente formal, visto que os “cidadãos” não são iguais nem económica nem socialmente, já que pertencem a classes sociais distintas. Claro que há ainda situações particulares, que resultam de compadrios, favores, etc. Aquilo que recentemente aconteceu com a SLN/BPN, com as fortes suspeitas que recaem sobre M. Dias Loureiro, é bem significativo do que acabo de dizer. Quem conheça minimamente toda a história e tenha assistido às respostas e justificações deste ex-ministro nas televisões percebeu facilmente que o ex-administrador da SLN estava a tomar os telespectadores por parvos. Contudo, este senhor continua a passear-se pelas nossas ruas e, pelos vistos, a ser muito bem considerado pelos investigadores judiciais e pela classe política dirigente. Aliás, em vários casos actuais do mesmo tipo, nota-se que os senhores magistrados não estão muito preocupados com o “perigo de alarme social” que os grandes corruptos e os ladrões de alto

coturno possam representar para a sociedade.

Apesar dos fortes indícios de corrupção no caso Freeport, as coisas, em termos oficiais, continuam algo nebulosas (parece não ter havido interesse em investigar mais a sério): não se sabe exactamente se o favor interessou a pessoas ou partidos, se José Sócrates (primeiro-ministro e secretário geral do PS) ou o seu partido beneficiaram com isso, etc.

Por um lado, o Procurador Pinto Monteiro foi lá colocado pelo próprio governo de José Sócrates. E a magistrada responsável pelo processo, Cândida Almeida, é amiga de longa data de Pinto Monteiro. Por outro lado, a Procuradoria, com os seus comunicados, pouco mais tem feito que dar cobertura às intervenções públicas do secretário-geral do PS. E Cândida Almeida desdobrou-se em entrevistas no mesmo sentido, branqueando eventuais responsabilidades do actual primeiro-ministro. Pinto Monteiro e Cândida Almeida foram escondendo factos enquanto possível, furando o “segredo de justiça”, dizendo e desdizendo-se: que “não havia suspeitos”, que “a resposta à carta rogatória ainda não tinha vindo de Inglaterra”, que “Sócrates não é suspeito”, mas que “Júlio Monteiro é suspeito”, que afinal “a resposta à carta rogatória já tinha chegado”, etc. E os novos dados, quase todos os dias vindos a público sobre o caso Freeport, teimam em desmentir rotundamente as afirmações destes magistrados!



Porque se trata de uma justiça de classe e pelo que acabamos de dizer (havia muito mais a referir) uma coisa deve ser tida como certa: não é possível acreditar nesta justiça. Ao contrário do que assevera alguma oposição da esquerda “respeitável” que, escamoteando o carácter de classe da justiça, diz que se deve confiar nela!

Por tudo isto, há uma forte probabilidade de o processo Freeport acabar como a generalidade dos processos de corrupção, em que estão envolvidas figuras gradas das classes dominantes – raramente alguém é condenado.

Carlos Completo

Presos em luta

No dia 5 de Março começou o julgamento do “Motim de Caxias”, 13 anos depois dos acontecimentos. A acusação tentou limitar toda a história ao 23 de Março de 1996. Estas acusações “isentas” esquecem-se da situação prisional então vivida pelos que agora estão a ser julgados. E, logicamente, das suas razões de revolta. Mas alguns dos acusados estão a “lembrá-las” ao tribunal. Numa concentração de solidariedade com os acusados, frente ao Tribunal de Oeiras, podia ler-se numa faixa: “se defender os direitos dentro e fora das prisões é um crime, então eu sou criminoso”.

A Dias Loureiro só resta mentir

Dias Loureiro, ex-ministro de Cavaco Silva e actualmente Conselheiro de Estado, comprovadamente mentiu quando foi ouvido na Assembleia da República sobre o seu envolvimento no caso SLN/BPN. Negou desconhecer o fundo *Excellence Assets Fund*, veículo de um negócio em Porto Rico, que causou um prejuízo de 38 milhões de dólares à SLN/BPN, afirmando peremptoriamente que não fora ele quem o fizera. Verifica-se, agora, com documentos, que Dias Loureiro interveio por duas vezes, assinando quer o contrato-promessa quer a finalização do negócio de Porto Rico.

Negócio de submarinos

Está a ser investigada a compra de dois submarinos feita quando Paulo Portas era Ministro da Defesa. Há a suspeita de que o CDS-PP tenha recebido comissões ilícitas num valor superior a 20 milhões de euros. Os indícios resultam de escutas de conversas entre Paulo Portas e Abel Pinheiro, no âmbito do caso Portucale (outro caso de corrupção). Assim, o Bloco Central alargado já tem vários casos para a troca: BPN, Freeport, Portucale e Submarinos. Estamos mesmo a ver qual o resultado total: tudo em águas de bacalhau.

Bons e maus offshores

Falando na cimeira de Bruxelas, o ministro das Finanças Teixeira dos Santos referiu-se aos *offshores* reconhecendo que “a bem da transparência e da própria estabilidade dos mercados financeiros internacionais, estaríamos bem melhor se não tivéssemos essa realidade pela frente”. Mas, logo a seguir, o ministro considerou também que, “se não existisse a zona franca da Madeira, essa realidade ocorreria noutras praças ou noutros *offshores*, necessariamente não transparentes”. E, como que para nos sossegar o espírito, tentou dar a

garantia de que “nós na Madeira ainda temos capacidade de supervisionar, ainda há regras, ainda há informação”.

Resumindo: por um lado os *offshores* são maus, mas por outro dão jeito; por um lado, escapam a controlo (os estrangeiros), mas por outro podem ser controlados (os nossos); o que seria bom era fechar todos, menos os nossos, a bem da estabilidade dos mercados financeiros.

Teixeira dos Santos finge não perceber que os *offshores* só existem para proporcionarem ao capital condições de escapar a

controlo, a regras, a supervisão, a informação. Mais: a conversa que o ministro agora faz acerca do assunto – repetindo o mote de todos os responsáveis capitalistas que ainda ontem defendiam o contrário – faz parte de uma estratégia de mistificação: fazer crer que a crise que o capitalismo atravessa é fruto de regras mal cumpridas ou violadas, de excepções ao seu funcionamento “normal” que o teriam desviado de rumo. Quando a crise é o desembocar natural do seu processo de crescimento caótico, imprevisível e anti-social.

Pedro Goulart

Amoníacos de Portugal despede

A empresa, do grupo Mello, vai fazer um despedimento colectivo de 152 trabalhadores (dos cerca de 240) de duas fábricas no Lavradio, Barreiro. A administração justifica este despedimento com a falta de competitividade, dizendo que a produção de amoníaco e ureia em Portugal deixou de ser viável. Por outro lado, mantém a produção de ácido nítrico e nitrato de amónio (assim como a logística de amoníaco), onde ficam apenas 85 trabalhadores. E diz que esta é a única solução capaz de "a médio e longo prazo salvaguardar o futuro das restantes actividades e respectivos postos de trabalho". O desemprego soma e segue.

Protestos à porta da Linha de Saúde 24

Dia 6 de Março, 20 enfermeiros fizeram uma paralisação de solidariedade e protesto à porta das instalações da Linha Saúde 24, pois a Linha de Cuidados de Saúde (LCS), gestora daquela, tem andado a manipular a opinião pública, dizendo que já readmitira os 7 enfermeiros despedidos por terem denunciado o funcionamento caótico (notícia por nós referida no MV 13) da Linha 24. Com esta paralisação os serviços foram seriamente afectados. Segundo Ramiro Mateus, arrogante e prepotente administrador da Linha, se os trabalhadores "fazem paralisação é porque não querem trabalhar".

Coindu anuncia despedimento colectivo

A Coindu, a maior fábrica têxtil do país, que emprega quase 2 000 trabalhadores, anunciou que vai proceder a um despedimento colectivo. Esta empresa, que dispõe em Portugal de unidades fabris em Famalicão e em Arcos de Valdevez, produz assentos e acessórios para a indústria automóvel e já tem procedido a várias paragens da produção desde Setembro de 2008. Ainda se desconhece o número de trabalhadores que virão a ser afectados por este despedimento.

Lucros máximos, salários mínimos

Lições da negociação salarial na EDP e na REN

Em meados de Fevereiro, a Fiequimetal (Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgica, Química, Farmacêutica, Eléctrica, Energias e Minas) acusou a EDP e a REN de quererem apressar a negociação da revisão salarial que estava em curso. A razão era fechar o acordo antes de serem conhecidos os lucros das empresas, que se imaginavam já de grande monta, evitando assim que os sindicatos ganhassem razão para maiores exigências. Os números que estavam em causa na negociação eram bastante afastados: a comissão negociadora que representa os grupos EDP e REN propunha aumentos que iam de zero (para os escalões mais altos) a 1,6 por cento; enquanto os sindicatos exigiam 7 por cento.

Os valores dos aumentos propostos pelas empresas, que se situavam abaixo da taxa de inflação, ficaram sem qualquer defesa quando, em 5 de Março, foram anunciados os lucros recorde da EDP e da REN. E ficou igualmente sem justificação a decisão de aumentar as tarifas aos consumidores em 4,9 por cento. Em ambos os casos, salários e tarifas, a desculpa da comissão negociadora da parte empresarial era a de que a crise assim o determinava.

Os lucros de 2008 ultrapassaram, no caso da EDP, os 1 212 milhões de euros, um recorde absoluto; e, no caso da REN, os 127 milhões de euros. No conjunto das duas empresas, isto representou um aumento de 15 por cento em relação ao ano anterior.

Com base nestes dados, os sindicatos argumentam com o que se tornou evidente: não é por falta de condições económicas que as empresas não querem subir as propostas de aumentos salariais; e que insistem em subir as tarifas. Prova disso é o facto de, em contraste, os rendimentos dos administradores e a remuneração dos accionistas serem tratados em conformidade com os lucros.



Com efeito, o Plano Estratégico da EDP para 2009-2012, como afirma a federação sindical, prevê o aumento contínuo dos dividendos dos accionistas. Também, segundo as contas de 2007, o presidente do Conselho de Administração Executivo (CAE) ganhou por dia mais do que ganham, num mês, os trabalhadores que auferem a remuneração-base mais elevada; e mais do dobro da remuneração-base média mensal no Grupo EDP. E cada um dos seis vogais do mesmo CAE recebeu 80 por cento do valor atribuído ao presidente. E caso a próxima assembleia de accionistas, como é de esperar, mantenha a mesma política de "compensação dos administradores", o escândalo será ainda maior, como bem dizem os sindicatos, porque essa compensação variável terá o dobro do valor (soma dos prémios anuais e plurianuais) em 2008.

Divulgados com pompa, por administradores ufanos, perante a comunicação social e convidados, os "resultados históricos" da EDP

foram motivo de uma concentração à porta da empresa por parte dos trabalhadores, reclamando melhores salários. Comentamos nós: Não são os factos narrados motivo mais do que suficiente para justificar uma forte mobilização dos trabalhadores para pôr fim a este regabofe? Não constituem eles razão bastante, não só para "esclarecer" a comunicação social e protestar do lado de fora da porta, mas para estragar mesmo a festa a esta gente? Não são eles razão, não apenas para reclamar uma melhor repartição da riqueza criada, mas para fazer revoltar cada vez mais trabalhadores contra o regime à sombra do qual tudo isto se repete, geração atrás de geração?

E que factos como estes, passados em momentos de crise do capitalismo como o que se atravessa, têm a vantagem de mostrar, com mais clareza que nunca, a oposição radical de interesses entre quem trabalha e quem explora. Saibam os assalariados responder a isso. **Urbano de Campos**

A última encarnação de Gustave Courbet

A história da apreensão, pela PSP de Braga, de meia dúzia de livros com uma capa considerada pornográfica teve duas personagens, ambas ridículas, cada uma a seu modo. Uma é a dos moralistas simples, composta por polícias, padres, chefes de família devotos e por aí fora, para quem sexo e mulheres nuas são pornografia – e pornografia apreende-se, esconde-se, elimina-se. Outra é a dos moralistas “cultos”, aquela gente que se considera instruída, que toma conta dos jornais e televisões, e que argumenta que, sendo a pintura de Courbet “Arte”, então não pode ser pornografia.

Não vale muito a pena falar dos primeiros, porque a crítica que lhes foi dirigida pelos segundos se encarregou de mostrar a boçalidade e o reflexo pidesco da investida da PSP.

Mas sobre a segunda das personagens vale a pena mostrar a limitação do seu ponto de vista, que aparece com a roupagem aparentemente inquestionável de defesa das liberdades.

Desde logo convém dizer que o livro apreendido, contrariamente ao que foi dito, não é de pintura, se intitula “Pornocracia” e utiliza o quadro de Courbet com evidente sentido comercial. Estamos, pois, longe da arte e mais no campo do aproveitamento publicitário.

Depois, não é de somenos lembrar que tanto os moralistas simples como os “cultos” coexistem – apesar das querelas entre si sobre os limites da liberdade de expressão – com essa outra liberdade essencial que consiste em fazer negócio à custa



de tudo. Por exemplo, as centenas de anúncios de exploração sexual, basicamente de mulheres, que todos os dias saem nos jornais ditos de referência; ou os anúncios de tele-sexo que a partir de certa hora da noite – em que se supõe que crianças, velhinhos e cristãos estão a dormir – invadem os ecrãs dos canais de TV. Este sistema de exploração industrial do sexo, como o das casas de alterne, e outros, tem direito de cidade porque rende milhares – cabendo portanto no rol das legítimas actividades de livre iniciativa que contribuem para o “tecido económico” do país.

Mas, regressando ao motivo inicial desta crónica: porque é a obra de Courbet, lá por ser “Arte” deixa de ser pornográfica? Ou por ser “pornográfica” deixa de ser arte? O quadro em causa, cabe perfeitamente, sem nenhum escândalo, tanto na classificação de pornografia como de arte. A sua história, e a história do autor, de resto ajudam a

percebê-lo.

O quadro, intitulado *A Origem do Mundo*, foi encomendado a Courbet, em Paris, em 1866, por um diplomata turco que dele fez uso privado. A sua pista perdeu-se desde que foi feito, sabendo-se apenas que mudou de proprietários passando de mão em mão, sempre de forma discreta, até que, já no século XX, ficou na posse de Jacques Lacan, o psicanalista francês. É só depois da morte deste, em 1981, que a família doa o quadro ao estado francês que o expõe desde então no Museu d’Orsay, tornando-se finalmente conhecido do público.

Courbet, nascido em 1819, rompeu com o academismo e o romantismo dominantes na primeira metade do século XIX. Pintou, para grande escândalo dos moralistas – simples ou “cultos” – da época, de forma então dita “realista”, cenas da vida dos camponeses e do mundo do trabalho sem o véu idílico da arte oficial. Na mesma linha, iniciou em 1860 uma série de obras de nus femininos de grande sensualidade que afrontavam a moralidade burguesa da época. São obras que se podem dizer “pornográficas”, destinadas a ferir a visão do mundo e da vida consagrada pelas classes dominantes. *A Origem do Mundo* faz parte dessa linha de ataque à moral estabelecida. O próprio título coloca o sexo e o prazer na “origem do mundo”, numa época em que, muito mais do que hoje, o criacionismo e a moral cristã davam o sexo e o prazer como a origem dos males do mundo.

Manuel Raposo

Censores, bufos e pides

A PSP de Braga apreendeu numa feira alguns exemplares de um livro por considerar que a capa, com uma obra do pintor francês Gustave Courbet, era pornográfica. Em Torres Vedras, pelo Carnaval, uma magistrada proibiu uma sátira ao computador Magalhães, considerada ofensiva por ter nus femininos no ecrã. Os dois casos metem pelo meio a velha e repugnante figura do bufo, que denuncia as “ofensas” às polícias. Isto é próprio de uma sociedade autoritária e faz lembrar as buscas da PIDE, quando a ignorância e a boçalidade de alguns agentes os levava a apreender livros sobre *Cimento Armado*, por poderem indiciar a existência de perigosos terroristas.

Austeridade, diz o bispo do Porto

Segundo o bispo do Porto, que divulgava uma mensagem de Quaresma, “temos, como sociedade, de procurar uma vida mais austera”. Devemos, disse o bispo, gastar menos “de modo a que os bens cheguem para todos”. Ou seja: cada um, segundo as suas posses e disponibilidades, deve portanto contribuir como puder – os abonados esbanjando um pouco menos, os remediados cortando numa extravagância ou outra, os pobres resignando-se a partilhar cristãmente o pão. Deve ser nesta base que o senhor bispo concebe a “solidariedade activa” para com os que “não têm emprego” ou estão “em risco de o perder”.

Mais famílias sem poderem pagar água, luz e gás

A Deco (Defesa do Consumidor) deu a conhecer, no princípio de Março, que um número cada vez maior de famílias portuguesas não consegue pagar os serviços de água, gás e electricidade. A razão está no agravamento da sua situação económica em consequência da crise. Diz a Deco que em anos anteriores as famílias tinham dificuldade em pagar outros bens, mas não, como agora, os que são básicos.

O revolucionário

Também a figura política de Courbet confere dimensão revolucionária à sua postura artística e intelectual. Gustave Courbet foi marcado pela revolução operária de 1848, tornou-se socialista e admirador de Proudhon. Em 1870, recusou a Legião de Honra com que Napoleão III o quis agraciar. Participou activamente na Comuna de Paris, em 1871, que o elegeu responsável pelos museus de arte. Depois da derrota da insurreição popular, foi preso, julgado e condenado sob a acusação de ter instigado ao derrube da Coluna Vendôme, símbolo do imperialismo napoleónico. Em 1877, o estado francês obrigou-o, tinha Courbet quase 58 anos, a pagar uma nova Coluna Vendôme, no montante de mais de 320 mil francos, em prestações, durante 33 anos. Exilou-se então e morreu na Suíça em 31 de Dezembro desse ano, um dia antes de ter de pagar a primeira prestação. Foi a sua penúltima transgressão. A última deu-se em Braga. **MR**

Colômbia ameaça países vizinhos

Juan Santos, ministro da Defesa do presidente colombiano Uribe e candidato à Presidência da República da Colômbia, afirmou recentemente o direito das forças armadas colombianas intervirem militarmente na Venezuela e no Equador. Isto, a pretexto de perseguir “grupos armados dos terroristas”, (FARC?) o que, segundo o ministro, seria “um acto de legítima defesa”. Esta doutrina defendida por Juan Santos, e que é seguida pelo imperialismo norteamericano, obteve o apoio das forças armadas colombianas, que contam hoje com mais de 400 mil militares. Na Venezuela e no Equador estas afirmações já provocaram uma justa indignação.

Prisões privadas

Na Pensilvânia, EUA, os juizes Ciavarella e Conahan, que estão a ser julgados por corrupção, num processo que ainda decorre, consideraram-se culpados por terem recebido 2,5 milhões de dólares dos proprietários de prisões privadas, em troca da condenação à prisão de cerca de 2 mil crianças que, muitas vezes, nem sequer tinham acesso a qualquer advogado. A privatização das prisões nos EUA nas últimas décadas transformou o que era encargo do Estado num chorudo negócio capitalista alimentado com dinheiros públicos. Pelos vistos, tanto aos proprietários das prisões, como aos juizes, não faltou a tal iniciativa privada tão necessária à acumulação de capital e de riqueza pessoal.

O bando moralista

O bando retrógrado de Berlusconi que governa a Itália tudo fez para torpedear as próprias leis burguesas do país, prolongando artificialmente a vida de Eluana Englaro, uma jovem em coma há 17 anos. Na sua hipócrita campanha pela “vida”, contou com o apoio do não menos reaccionário Vaticano. A morte de Eluana, que deixou de ser alimentada artificialmente, foi o fim de um pesadelo em que não havia qualquer hipótese de recuperação, e uma derrota dos que querem impor a sua moral a toda a sociedade.

A esquerda e o apoio à resistência anti-imperialista

Teve lugar, em 17 de Janeiro deste ano, o Fórum Internacional de Beirute, dedicado à resistência, ao anti-imperialismo, à solidariedade dos povos e às alternativas que se lhes colocam. A militante comunista belga Nadine Rosa-Rosso proferiu uma importante intervenção de que se apresenta um resumo das principais passagens.

A As manifestações massivas na Europa em apoio do povo de Gaza puseram de novo em evidência um problema central: a maioria da esquerda, incluindo os comunistas, aceita apoiar o povo de Gaza face à agressão israelita mas recusa apoiar as suas expressões políticas, como o Hamas na Palestina ou o Hezbolá no Líbano.

A esquerda não só não os apoia, como os denuncia e os combate. O seu apoio ao povo de Gaza situa-se no plano humanitário e não no plano político.

No que respeita ao Hamas e ao Hezbolá a principal preocupação da esquerda é o apoio das massas árabes a estas formações e não a intenção deliberada de Israel de as aniquilar.

Dois factores paralisam a esquerda no seu apoio à resistência palestina, libanesa e mais geralmente árabe e/ou muçulmana: a religião e o terrorismo.

A esquerda e a religião

Apavorada com os sentimentos religiosos presentes nas massas populares imigradas, a esquerda, marxista ou não, arvora regularmente a célebre frase de Marx “A religião é o ópio do povo”. Pensa com isso dizer tudo. Como se fosse preciso, antes de mais, submeter o povo a uma séria cura de desintoxicação. Gostaria de ler a citação de Marx que termina com aquela conclusão para ao menos fazer reflectir aqueles que dele se reivindicam.

«*A religião é a teoria geral deste mundo, (...) a sua lógica sob forma popular, o seu ponto de honra espiritualista, o seu entusiasmo, a sua sanção moral, o seu com-*

portamento solene, a sua razão geral de consolação e de justificação. (...) A miséria religiosa é ao mesmo tempo a expressão da miséria real e por outro lado o protesto contra essa miséria. A religião é o suspiro da criatura amesquinhada, o coração dum homem sem coração, o espírito dos tempos privados de espírito. É o ópio do povo...»

A esquerda faz exactamente o mesmo que condena nos islamistas: só analisa a situação em termos religiosos. Recusa entender os propósitos religiosos como um “protesto contra a miséria”. E, poderia acrescentar-se hoje, contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. Com esta recusa, a esquerda separa-se totalmente duma imensa parte das massas populares.

Se persistirmos na recusa de aprender a compreender, passaremos o resto da vida a lamentar os sentimentos religiosos das massas em lugar de nos juntarmos a elas no seu combate pela paz, a independência e a justiça social e económica.

Se deixamos de nos fixar nas convicções religiosas, poderemos talvez perceber porque é que as massas árabes e muçulmanas consideram um “zero” um dirigente árabe e muçulmano como Mubarak e aclamam o nome de Chávez, um dirigente latino-americano e cristão. Não é verdade que estas massas mostram assim claramente que a sua grelha de leitura não é, em primeiro lugar, a religião, mas sim a posição a respeito do imperialismo norteamericano e sionista? E se a esquerda pusesse a questão radicalmente nestes termos não poderia recuperar um pouco do apoio popular que fez a sua força?

A esquerda e o terrorismo

A segunda grande fonte de paralisia da esquerda no combate anti-imperialista é o pânico de ser assimilada ao terrorismo.

Toda a história da colonização e da descolonização é uma história de terras roubadas pela força militar e reconquistadas pela força. Da Argélia ao Vietname, de Cuba à África do Sul, do Congo à Palestina,

nenhuma potência colonizadora renunciou pela negociação e pelo diálogo políticos à sua dominação. Para a esquerda europeia continuam a ser incompreendidos e indefensáveis a necessidade e o direito dos povos a recuperar pela força o que lhes foi roubado pela força. Porque depois do 11 de Setembro de 2001 todo o uso da força na luta anticolonial e anti-imperialista é arrumado na categoria “terrorismo” – e nem se discute.

Importa, no entanto, lembrar que o Hamas foi colocado pelos EUA na lista das organizações terroristas em 1995, bem antes do 11 de Setembro.

Mas foi sobretudo depois do 11 de Setembro, com o lançamento pela administração Bush da “guerra global ao terror”, que a capitulação de uma grande parte da esquerda começou. O medo de ser classificado entre os terroristas ou entre os partidários do terrorismo já não é apenas político ou ideológico, é também prático. A directiva da União Europeia para a luta contra as organizações terroristas foi traduzida para a maior parte das legislações nacionais pelo método “copiar-colar”, permitindo aos tribunais processar muitos militantes suspeitos de apoiarem o terrorismo. Nestas condições, a luta política entre a esquerda e correntes como o Hamas e o Hezbolá não pode ser conduzida de forma sã.

Tenho portanto uma proposta concreta a fazer: devemos lançar um apelo para fazer retirar o Hamas da lista das organizações terroristas. E devemos opor-nos às actuais tentativas europeias para colocar o Hezbolá nessa lista. É o mínimo que podemos fazer se pretendemos apoiar a resistência palestina, libanesa ou árabe. E a condição democrática mínima para que um apoio à resistência seja possível e para que uma confrontação entre correntes políticas diferentes no seio da resistência ao imperialismo seja possível.

É a condição política indispensável para que a esquerda tenha a mínima hipótese de se fazer escutar pelas massas em luta contra o imperialismo.”

Nadine Rosa-Rosso / MV

Uma lei para os pobres, outra para os ricos

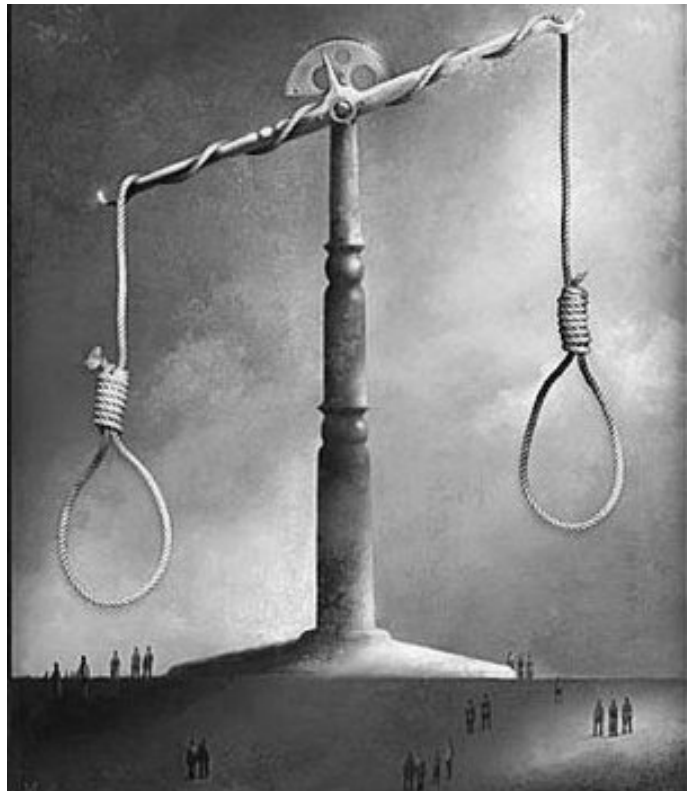
Obama, apoiante da pena de morte

No seu discurso de 25 de Fevereiro, Barack Obama distanciou-se enfaticamente da prática da tortura que a quadrilha Bush-Cheney-Rumsfeld vinha assumindo com toda a desfaçatez. O encarceramento do centro de tortura de Guantánamo parece um sinal concebido para reforçar essas categóricas garantias verbais do novo presidente. Fica por observar o que fará Obama doutros centros de tortura, como o de Bagram, no Afeganistão, e até onde responsabilizará os torcionários e seus mandantes, que durante a administração anterior praticaram a tortura sem peias nem escrúpulos. Para já, se há uma coisa clara na posição de Obama é o seu apoio à pena de morte. E, é bom lembrá-lo, a pena de morte nos Estados Unidos não é apenas a supressão da vida, mas também uma forma especial de tortura e, muitas vezes, de espectáculo. Assim, a última execução levada a cabo para gáudio duma multidão (20 mil pessoas) foi, oficialmente, a dum jovem negro, Rainey Bethea, em 1936. Mas ocasionalmente, em tempos muito mais recentes, tem voltado a colocar-se a questão do espectáculo, como sucedeu na execução de Timothy McVeigh em 2001. Por outro lado, o enforcamento, que era a forma de execução mais apropriada a um espectáculo de massas foi dando lugar a outras não menos cruéis e dolorosas (cadeira eléctrica,

injecção letal, câmara de gás). Mesmo um entusiasta da pena de morte, o governador da Florida Jeb Bush, irmão e correligionário do ex-presidente, viu-se obrigado a decretar em 2006 uma moratória nas execuções depois um condenado ter sofrido uma agonia de mais de meia hora, após duas injeções de veneno.

A pena de morte é uma das questões em que Obama começará certamente a defraudar os sectores mais pobres da população e a dissipar as esperanças que nele depositaram. A pena de morte não é uma forma discutível de o Estado castigar crimes especialmente graves: é uma forma de fazer valer uma lei para os pobres e outra para os ricos, é uma arma da luta de classes, destinada a intimidar os negros, os latinos, os deserdados e os marginalizados.

Há, por um lado, uma intimidação social e difusa: no corredor da morte, há 42% de negros, ao passo que na população há apenas 13%. O Ministério Público muitas vezes recusa jurados por serem negros: não seria um jurado negro mais indulgente com um réu negro que “é preciso” condenar à morte? Assim, num processo para decidir sobre a pena de morte, um tribunal texano recusou em 2005 dez em onze candidatos negros ao júri. E a grande maioria dos condenados à morte tem tido apenas defensores oficiosos – há casos em que estes dormem na audiência decisiva. Às condenações capitais nem escapam defi-



cientes mentais nem delinquentes menores de idade à data do crime. Assim, já tem sido necessário esperar que as crianças delinquentes atinjam a idade para poderem ser executadas.

E há, por outro lado, uma intimidação política selectiva: ficaram famosos os militantes anarquistas Sacco e Vanzetti, executados por um crime de que hoje se encontram oficialmente ilibados; os militantes comunistas Ethel e Julius Rosenberg, executados por uma pretensa

espionagem a favor da União Soviética; e o antigo dirigente dos “panteras negras” Mumia Abu-Jamal, condenado à morte numa farsa judicial que lhe atribuiu o assassinio de um polícia e a quem depois foi comutada a pena, hoje uma prisão perpétua, para fazer face ao protesto internacional contra a sua anunciada execução. Obama nada fará para mudar esta outra vergonha do sistema judicial norte-americano.

António Louçã

EUA: salvar os trabalhadores, não os lucros

Só depois de décadas de ataques económicos às classes trabalhadoras é que o governo capitalista vem à pressa dar uma ajuda insignificante. Estes curativos nada têm de preocupação para com os trabalhadores. Destinam-se a salvar o sistema de lucro.

A ajuda que o governo oferece é uma migalha comparada com o que é necessário. Os trabalhadores e as suas comunidades devem formar uniões por todo o lado para lutarem.

Um exemplo notável de luta é a campanha *Detroit Moratorium Now!* (Moratória de Detroit Já!). Os organizadores têm levado a cabo uma campanha de manifestações de massas e agitação popular para forçar o governo a aprovar legislação que declare o estado de emergência e pare as execuções de hipotecas e os despejos. A campanha influenciou o clima político no Michigan a ponto de o *sheriff* do condado de Wayne

ter encontrado recentemente uma base legal para recusar a execução de mais hipotecas.

Cada trabalhador que trabalhou para um patrão contribuiu para a riqueza de quem o empregou e para a criação da empresa. Os trabalhadores têm direitos sobre os seus empregos, já que criaram a propriedade com o seu labor. Estreitamente ligado a este direito está o direito de ocupar o local de trabalho, como fizeram os trabalhadores da *Republic Windows and Doors* em Chicago e os da *Waterford-Crystal* fizeram em Kilbarry, na Irlanda.

Há muitas vias legais de defender os direitos dos trabalhadores. Mas a única maneira de tornar estes direitos obrigatórios é através da organização e luta de massas para compelir os patrões e os governos a cumprir as suas obrigações para com o povo.

Workers World / MV

Greve vitoriosa em Guadalupe

Depois de 44 dias de greve geral, o LKP (União Contra a Exploração, agrupamento de 49 organizações, partidos e sindicatos) assinou um acordo com os representantes do Estado francês, terminando o movimento de protesto. As principais reivindicações foram vitoriosas: 200 euros de aumento para os salários mais baixos e uma baixa no preço dos bens e serviços essenciais. Guadalupe é um arquipélago das Caraíbas, com 450 mil habitantes e faz parte dos departamentos franceses na América. Também na Martinica, igualmente nas Caraíbas, uma greve geral por idênticas razões já vai em 30 dias.

Independentistas bascos votam nulo

Depois de a "Justiça" do estado espanhol ter proibido todas as candidaturas independentistas do País Basco, grande parte do eleitorado destas correntes decidiu-se pelo voto nulo, seguindo a orientação dos independentistas de esquerda da proibida D3M e da ETA. O resultado está à vista. Para além de mais de 30% de abstenções, os votos nulos que, em 2005, foram apenas 4 mil, subiram agora para 100 mil! São, pelo menos, 100 mil bascos excluídos da participação política legal no seu país! Mas, entre nós, os média do sistema preferem dar relevo ao decréscimo de votos no Partido Nacionalista Basco, ao aumento dos votos dos partidos espanholistas e esconder os votos nulos e o seu significado.

Como dantes

Na sua primeira visita a Israel, a secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton defendeu a criação de um Estado palestino como medida "inevitável" para acabar com o "conflito no Médio Oriente". Reafirmou, ao mesmo tempo, o apoio "firme e duradouro" dos EUA a Israel. Como a origem do conflito no Médio Oriente é Israel, como as agressões aos países vizinhos têm sido apoiadas pelos EUA, como os EUA financiam e armam Israel - as palavras de Clinton não dizem nada de novo.

Caravana "Viva Palestina" rumo a Gaza

Mais de 200 viaturas levam bens destinados à população

Um mês depois do genocídio em Gaza, o trio terrorista – Livni (que levou a cabo o último massacre), Netanyahu (que a criticou por ter terminado o ataque cedo demais), e Lieberman (que pretende negar cidadania aos israelitas árabes) – ganhou as eleições em Israel. Os cidadãos israelitas, na sua maioria, mostraram mais uma vez que são pela guerra em vez da paz, pela morte em vez da vida.

Um mês depois do genocídio em Gaza, milhares de pessoas no resto do mundo mantêm-se em solidariedade com a Palestina. No dia de São Valentim, 14 de Fevereiro, um enorme comboio automóvel, composto por mais de 100 ambulâncias, carros de bombeiros e camionetas, com medicamentos, roupas, comida, brinquedos e dinheiro, partiu para Gaza. No final da viagem terá percorrido 8 mil quilómetros a partir de Londres, pelo Canal da Mancha até Calais, por França e Espanha, atravessando o estreito de Gibraltar até Marrocos, seguindo depois pela Argélia, Tunísia, Líbia e Egipto, até passar a fronteira para Gaza. Ainda quando a comitiva estava em solo britânico, a polícia resolveu mostrar a sua aversão à iniciativa prendendo, a pretexto de estarem



indocumentados, nove participantes – retendo-os e apreendendo as suas viaturas. Não foi isso que intimidou os participantes, acabando todos por seguir viagem. Várias organizações portuguesas tentaram juntar-se ao grupo, aderindo ao gesto de solidariedade, mas os organizadores comunicaram não poderem receber mais aderentes.

Na verdade, a resposta a esta petição de ajuda foi tremenda. Antes mesmo da partida o volume máximo

de donativos que era possível transportar tinha sido atingido, continuando a organização apenas a aceitar donativos em dinheiro.

Neste momento, a caravana, que aumentou o número de viaturas com ofertas feitas pela Líbia, encontra-se já no Egipto e encaminha-se para a fronteira de Gaza.

Quem quiser acompanhar a viagem pode fazê-lo visitando o sítio www.vivapalestina.org.

Boa viagem!
Rita Moura

Flores de Gaza, lucros de Israel

A Após 20 meses de bloqueio, Israel permitiu a exportação para a Europa de 25 mil cravos provindos de Gaza. Desde a eleição, em Junho de 2007, do movimento Hamas para governo da autoridade palestina que Israel e Egipto, com o apoio dos Estados Unidos da América e da União Europeia, impuseram uma proibição à entrada e saída de bens da Faixa de Gaza. Alimentos, combustível e medicamentos, sejam mercadorias ou ajuda humanitária, são inspeccionados e confiscados na fronteira. Durante a breve trégua do Outono de 2008, Israel permitiu movimento de bens, mas o seu volume manteve-se abaixo de 3% dos valores de 2007.

Segundo o jornal israelita Haaretz, foi a pedido dos comerciantes de flores holandeses que Israel permitiu

a exportação de cravos por ocasião do dia de S. Valentim. Flores são também um dos principais produtos de exportação de Israel que em 2007 enviou 125 milhões de flores para o mercado europeu. Na Holanda estas flores são frequentemente empacotadas como sendo de proveniência holandesa o que oculta a sua origem em Israel, e dificulta o boicote destes produtos por movimentos de solidariedade com a Palestina.

A abertura das fronteiras é interpretada pelos palestinos como um gesto de propaganda. Abdul Karim Ashour, representante dos Comitês de Apoio à Agricultura Palestiniana, diz que cerca de 70 por cento da produção de cravos de Gaza foi perdida, dada a incapacidade de exportar e porque o bloqueio impediu os produtores de importarem sementes e pesticidas. O exportador israelita que vai gerir



a venda das flores admite que a encomenda não chegará a tempo de São Valentim e provavelmente será destinada para a Europa de Leste e o Dia da Mulher a 8 de Março. Israel junta assim ao marketing político – a florida abertura das fronteiras – o marketing comercial – preservar-se nas boas graças dos importadores. Para os produtores de Gaza o benefício é muito pouco. Carlos Simões

A China é a banca dos EUA

Em Fevereiro, Hillary Clinton esteve na China na última paragem da sua viagem ao Oriente. No encontro com os líderes chineses, a secretária de estado norte-americana garantiu o financiamento do programa de retoma económica dos EUA e iniciou uma nova fase nas relações entre os EUA e esse país.

A China é hoje o maior credor dos EUA, tendo ultrapassado o Japão em 2008. No primeiro ano da crise, a China financiou cerca de 500 milhares de milhões de dólares da dívida pública norte-americana. A China detém ainda as maiores reservas de moeda estrangeira do mundo – 1,95 biliões de dólares – e é a maior detentora de moeda norte-americana. O programa de retoma económica da administração Obama foi orçamentado em 789 milhares de milhões de dólares. Hillary Clinton firmou o compromisso chinês de financiar parte do défice público norte-americano, através da compra de títulos do tesouro.

O acordo consolida a dependência entre os dois países. A China adquire dívida e moeda norte-americana para impedir que a moeda chinesa, o yuan, se valorize contra o dólar, o que tornaria mais caros os produtos chineses vendidos no mercado norte-americano. Impedir a valorização do yuan é também impedir a desvalorização do dólar o que teria consequências danosas para o poder de compra das reservas chinesas em dólares. A China sentiu a crise em súbita força no último mês com as suas exportações a descerem 17 por cento. Alguns economistas chineses sugerem mais do mesmo ao propor uma desvalorização do yuan face ao dólar, comprando mais dólares nos mercados internacionais.

Um dos pilares do programa de retoma económica dos EUA é o investimento em tecnologias verdes. A



campanha contra o aquecimento global torna-se assim uma promoção das inovações norte-americanas e Clinton quis garantias do governo chinês de que este vai iniciar uma renovação industrial com tecnologia norte-americana.

Enquanto a presidência Bush dialogava com a China através do departamento do Tesouro, a visita da Secretária de Estado de Obama denota uma vontade de cooperação política. A nova administração escolhe a China como parceiro preferencial no distante Oriente. Às relações comerciais juntam-se as financeiras e as diplomáticas. Poucos dias antes de Clinton partir para o Japão, onde iniciou o seu itinerário, as construtoras de automóveis norte-americanas, sofrendo de anos de derrotas contra as marcas japonesas, pediram um empréstimo de emergência ao Estado. O objectivo da visita de Clinton é o de tentar usar a China como recurso na competição com inimigos mais tradicionais e próximos, como a Europa e o Japão.

Carlos Simões

Cúmplices e sem vergonha

Acumulam-se provas do envolvimento dos governos portugueses no tráfico de prisioneiros praticado pela CIA

Documentos entregues pelo Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, à organização não governamental britânica *Reprive*, terão contribuído para libertar agora um preso de Guantánamo, o cidadão britânico de origem etíope Binyam Mohamed. Nesses documentos mostra-se como o preso passou duas vezes por Portugal (em 2002 e 2004), transportado por aviões da CIA, durante os governos de Durão Barroso e Santana Lopes.

O ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Amado tem sido um dos maiores responsáveis do actual governo pela negação da existência de tais voos em território português. Quando em Janeiro de 2008 a *Reprive* denunciou, com dados concretos, a cumplicidade dos governos portugueses no tráfico de prisioneiros, os porta-vozes do governo e Luís Amado desvalorizaram a revelação e deram-na como infundada.

Quando em Dezembro passado, o governo espanhol e o diário *El País* confirmaram a passagem por Portugal dos ditos voos, a tecla do governo foi a mesma – negamos, nada sabemos.

Recentemente, o ministro, juntamente com a deputada europeia do PS Edite Estrela, interveio insistentemente

junto do Parlamento Europeu para que o nome de Durão Barroso não fosse referido no último relatório sobre os voos. Agora, perante as declarações de Pinto Monteiro e a insistência da *Reprive*, Amado veio dizer, com toda a desfaçatez e tentando mais uma vez desvalorizar o assunto, que, afinal, fora ele a entregar os documentos a Pinto Monteiro – não havendo portanto “novidade”.

O governo de José Sócrates sempre se tem recusado a admitir a utilização de território português pelos voos ilegais da CIA e, em 2007, rejeitou a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigação dos factos, considerando-a “inoportuna”.

Ora, isto só pode ser entendido como um pacto entre as forças do poder para mutuamente se defenderem do escândalo. Na sua óptica, seria um desprestígio para o amigo Durão Barroso, com responsabilidades na Comissão Europeia, e para o PS, chegar-se à conclusão, com provas em cima da mesa, de que todos os governos do PSD ou do PS estiveram envolvidos nos crimes praticados pela administração do senhor Bush. Chamam a isto “sentido de Estado”!

Pedro Goulart

Iraque, ano sete

Completam-se em 20 de Março seis anos sobre a invasão do Iraque. O balanço da acção dos ocupantes não podia ser mais desastroso: destruição física do país, desarticulação de todas as estruturas sociais, níveis de desemprego da ordem dos 70%, pobreza generalizada, cinco a seis milhões de refugiados e deslocados, mais de um milhão de mortos. O rol é interminável. Mas nestes 6 anos desenvolveu-se e consolidou-se, também, uma tenaz resistência armada, responsável não apenas por inviabilizar os planos de domínio do Iraque pelos EUA como ainda por ter contribuído de modo decisivo para conduzir a aventura militar do imperialismo norte-americano a um beco sem saída em toda a região.

O anúncio por Barack Obama da retirada das tropas dos EUA num prazo de dois a três anos é o corolário de uma derrota mal assumida mas real. Aquela mesma resistência definiu planos políticos claros para uma transição no sentido de um Iraque livre, soberano e democrático. A solução para o Iraque passa por essa resistência porque é ela que representa de facto as forças populares que rejeitaram a ocupação. Apoiá-la não é uma escolha, mas a única via de ajuda internacionalista ao povo iraquiano.

Tal como em outros países, diversas organizações portuguesas promovem, também este ano, iniciativas que evocam a data da invasão do Iraque e a situação geral no Médio Oriente, concretamente na Palestina. Nessas realizações, os seis anos da resistência iraquiana e os mais de sessenta anos de luta do povo palestino serão justamente destacados.

DITO

A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes

Karl Marx 1818-1883